

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO

APRESENTADO PELO DESEMBARGA-
DOR AMARO DE LIRA E CÉSAR, AO
TÉRMINO DO SEU MANDATO DE PRE-
SIDENTE, EXERCIDO DURANTE O
ANO DE 1967

341.4197 (PE)
52r
68

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PALÁCIO DE JUSTIÇA)



Pernambuco. Tribunal de Justiça
(BB=5102) Relatório 1967

Exmos. Snrs. Desembargadores do
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco:

Biblioteca
TJPE

Ao término do meu período de administração à frente do Poder Judiciário deste Estado, eleito que fui Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, a 9 de janeiro do ano próximo findo, cabe-me, em obediência à lei e também por dever de consciência, apresentar relatório, que nada mais é do que uma prestação de contas da minha gestão. Relatório circunstanciado, como quer a lei, sem deixar de ser sucinto, como convém em momentos como êste.

Devo dizer, de início, que empreguei todo o meu tempo e esforços para corresponder à confiança dos meus nobres pares.

Como marca das administrações anteriores, encontrei grande acêrvo de realizações, que me facilitaram a tarefa, nem sempre suave, de levar adiante as tradições de trabalho e ordem administrativa desta secular Casa de Direito.

Do que aqui se pôde realizar em 1967 quase nada me cabe, na qualidade de Presidente, sim aos eminentes Desembargadores que integram êste Tribunal. Graças à sua proverbial operosidade, em conjunto ou isoladamente, podemos assegurar que os serviços nesta Superior Instância, estão em dia.

O movimento estatístico, que no final será apresentado, dirá melhor.

A ambição de qualquer Presidente, ao assumir o cargo, pelo tempo certo de 365 dias, é promover realizações que justifiquem a sua investidura e representem melhoramentos para a Casa.

Fiz o que pude, dentro das disponibilidades financeiras concretas.

PALÁCIO DA JUSTIÇA

De início, voltei as minhas vistas para a Sala de Reuniões do Tribunal. A aparelhagem de ar condicionado estava imprestável e insuportável era o calor. No mesmo estado deplorável se encontrava o serviço de som.

Resolvi êsses problemas com a instalação de três possantes aparelhos de ar condicionado, de 29.000 B.T.U.S. / cada um. Para o serviço de som adquiriram-se máquinas, auto-falantes e microfones de primeira qualidade, os quais funcionam a contento, como se está ouvindo.

Emprêsa mais arriscada parecia ser a ampliação que se fêz do recinto das sessões, por exigir maestria na execução da tarefa.

A área ocupada vinha sendo a mesma de quando o Tribunal se compunha de onze desembargadores. Com o aumento de quatro cadeiras na bancada, tornou-se o espaço insuficiente para a livre circulação e dava uma triste impressão de acanhamento. Na mesa da Presidência existiam só três cadeiras. Nas reuniões solenes não havia lugar para as altas autoridades presentes.

Idealizei e executei a reforma que se está vendendo. As bancadas foram afastadas para junto das grades laterais. As grades do fundo, com a tribuna, foram recuadas, resultando na ampliação da área em cêrca de vinte metros quadrados. A mesa da Presidência foi alargada, ganhando, aos lados, mais duas cadeiras. E tudo foi feito sem dano à estética ou ao estilo dos móveis existentes. Houve emendas para adaptação das peças novas, sem sinal -

algun que o denote. E as cadeiras novas são exatamente iguais às outras.

Deve-se essa façanha à perícia do mestre, em trabalhos de madeira, que é o Sr. Gustavo Dionísio da Silva, nome que faço questão de mencionar aqui, como uma justa homenagem ao seu alto merecimento artesanal.

A alcatifa e as cortinas da mesma sala foram também substituídas.

Outros melhoramentos introduzidos nas várias dependências do Palácio da Justiça podem ser, aqui, apontados de relance.

Na Secretaria da Presidência foi instalado um aparelho de ar condicionado e foram substituídos todos os móveis, bem como quatro portas por outras de vidro, do modelo adequado.

Os móveis da sala de espera anexa a dos Desembargadores também foram substituídas.

Na sala dos Desembargadores colocou-se um conjunto de três poltronas e duas mesas de mármore branco, formando um recanto moderno e confortável no ambiente austero que ela é, tudo sob orientação técnica da Casa Holanda.

No teto dourado do Salão Nobre foram feitas delicadas restaurações em dois pontos.

Ganhou, igualmente, o Bar, com a aquisição de um refrigerador comercial e a colocação de uma pedra de mármore para suporte da cafeteira.

FORUM PAULA BATISTA

No Forum Paula Batista prosseguiram os trabalhos de adaptação, sendo postos a funcionar um pavimento e meio, equipados com os móveis e utensílios necessários. Transferiram-se -

para lá mais cinco Varas e a Corregedoria da 3ª entrância.

Nada mais se pôde fazer nesse setor, uma vez que os andares restantes estavam ou estão ainda ocupados, desocupando-se um já nos últimos meses do ano.

Num dos elevadores se fizeram reparos gerais, ficando em estado de nôvo. As despesas subiram a NCR\$ 16.554,40 - (dezesseis mil quinhentos e cinquenta e quatro cruzeiros novos e quarenta centavos). Contratei a recuperação do outro elevador por NCR\$ 28.615,47 (vinte e oito mil seiscentos e quinze cruzeiros novos e quarenta e sete centavos), tendo pago a primeira prestação de NCR\$ 4.592,50 (quatro mil quinhentos e noventa e dois cruzeiros novos e cinquenta centavos).

B I B L I O T E C A

As verbas destinadas à biblioteca foram aplicadas na compra e conservação de livros. Fêz-se a aquisição de 108 volumes, na maior parte de obras estrangeiras. Cento e onze (111) outros volumes foram encadernados, salvando-se, assim, da destruição muitas obras de valor.

ARQUIVO FORENSE

O Desembargador Cláudio Vasconcelos deixou em dia a publicação do Arquivo Forense. Cabia-me editar o número correspondente ao ano de 1966. A edição está pronta e paga, mas não pôde ser distribuída na minha gestão por nonadas de acabamento.

A U T O M Ó V E I S

Encontrei o Tribunal com uma frota de automó-

veis insuficiente ao atendimento das suas necessidades.

Dei solução a mais êsse problema, ao menos por enquanto.

Dos carros existentes, vendi dois: um Aero-Willys, modelo "1964" e um Volkswagen "pé de boi", ano "1966". Comprei dois Jeeps Willys, um Itamaraty prêto para a Presidência e um Aero-Willys - todos zero quilômetro - bem como um Aero-Willys modelo "1966", semi-nôvo, com apenas 13.000 quilômetros rodados. A solução, como disse, consiste em destinar um carro de classe a cada Câmara.

Assim, a frota atual de veículos se compõe: de três Jeeps Willys (dois no serviço de correições do interior), uma Rural Willys, um Volkswagen "pé de boi", quatro Aero-Willys e dois Itamaraty, ao todo onze unidades. Em resumo: vendi dois e comprei/cinco carros.

Deixo todos os veículos em perfeita ordem e equipados com extintores de incêndio.

Com êsses melhoramentos e aquisições foram gastos NCR\$ 117.579,00 (cento e dezessete mil quinhentos e setenta e nove cruzeiros novos).

CONSELHO DE JUSTIÇA

As atividades do Conselho de Justiça, composto do Presidente, do Vice-Presidente, Desembargador Ribeiro do Valle e do Desembargador Nathanael Marinho, foram normais. Persistiu, no setor da fiscalização, o sistema de "comando", iniciado na gestão do Desembargador Ângelo Jordão, filho e continuado na do Desembargador Cláudio Vasconcelos, executado pelos Juizes Corregedores, com excelente rendimento. Consiste em visitas rápidas e frequentes às

veis insuficiente ao atendimento das suas necessidades.

Dei solução a mais êsse problema, ao menos por enquanto.

Dos carros existentes, vendi dois: um Aero-Willys, modelo "1964" e um Volkswagen "pé de boi", ano "1966". Comprei dois Jeeps Willys, um Itamaraty preto para a Presidência e um Aero-Willys - todos zero quilômetro - bem como um Aero-Willys modelo "1966", semi-nôvo, com apenas 13.000 quilômetros rodados. A solução, como disse, consiste em destinar um carro de classe a cada Câmara.

Assim, a frota atual de veículos se compõe: de três Jeeps Willys (dois no serviço de correições do interior), uma Rural Willys, um Volkswagen "pé de boi", quatro Aero-Willys e dois Itamaraty, ao todo onze unidades. Em resumo: vendi dois e comprei/ cinco carros.

Deixo todos os veículos em perfeita ordem e equipados com extintores de incêndio.

Com êsses melhoramentos e aquisições foram gastos NCR\$ 117.579,00 (cento e dezessete mil quinhentos e setenta e nove cruzeiros novos).

CONSELHO DE JUSTICA

As atividades do Conselho de Justiça, composto/ do Presidente, do Vice-Presidente, Desembargador Ribeiro do Valle/ e do Desembargador Nathanael Marinho, foram normais. Persistiu, no setor da fiscalização, o sistema de "comando", iniciado na gestão/ do Desembargador Ângelo Jordão, filho e continuado na do Desembar- gador Cláudio Vasconcelos, executado pelos Juízes Corregedores, com excelente rendimento. Consiste em visitas rápidas e frequentes às

comarcas, para verificar o estado dos serviços e a presença dos juizes, bem como para ministrar instruções aos serventuários de justiça. Os resultados dessa modalidade de fiscalização constam dos relatórios dos Corregedores, existentes nos arquivos do Conselho. Raro, hoje, é encontrar a fiscalização um juiz fora da sua comarca, em dia de expediente. E quando algum se ausenta, sem motivo justificado, perde os vencimentos correspondentes aos dias de ausência.

Foram realizadas 53 sessões e julgados 138 processos. O quadro que segue anexo evidencia o volume dos trabalhos do Conselho.

Também não teve solução de continuidade o sistema de controle dos serviços forenses em todo o Estado, estabelecido na administração anterior, mediante a remessa, pelos juizes, do movimento de cada mês, em audiências dadas e processos julgados. Esses resultados são inscritos na ficha do Juiz, para mais fácil exame, quando necessário.

Exerceram as funções de Juiz Corregedor: na 1ª entrância os Drs. José Antônio Macêdo Malta e Manoel Rafael Neto ; na 2ª entrância, Dr. Nildo Nery dos Santos; na 3ª entrância, o Dr. Raul da Costa Farias.

Dêles direi apenas e não é preciso mais, que estiveram à altura das suas importantes e delicadas funções. Foram incansáveis na execução das missões que lhes foram confiadas pelo Conselho, sempre com imparcialidade, prontidão e admirável espírito público. Graças à atuação daqueles nobres magistrados, foi possível ao Conselho manter sob controle os serviços de justiça de todo o Estado, tomando prontamente as medidas cabíveis para sua maior eficiência.

Aliás, é bom que se diga, a modalidade de fiscalização que vem sendo adotada na atualidade, a das visitas rápidas/

comarcas, para verificar o estado dos serviços e a presença dos juizes, bem como para ministrar instruções aos serventuários de justiça. Os resultados dessa modalidade de fiscalização constam dos relatórios dos Corregedores, existentes nos arquivos do Conselho. Raro, hoje, é encontrar a fiscalização um juiz fora da sua comarca, em dia de expediente. E quando algum se ausenta, sem motivo justificado, perde os vencimentos correspondentes aos dias de ausência.

Foram realizadas 53 sessões e julgados 138 processos. O quadro que segue anexo evidencia o volume dos trabalhos do Conselho.

Também não teve solução de continuidade o sistema de controle dos serviços forenses em todo o Estado, estabelecido na administração anterior, mediante a remessa, pelos juizes, do movimento de cada mês, em audiências dadas e processos julgados. Esses resultados são inscritos na ficha do Juiz, para mais fácil exame, quando necessário.

Exerceram as funções de Juiz Corregedor: na 1ª entrância os Drs. José Antônio Macêdo Malta e Manoel Rafael Neto ; na 2ª entrância, Dr. Nildo Nery dos Santos; na 3ª entrância, o Dr. Raul da Costa Farias.

Dêles direi apenas e não é preciso mais, que estiveram à altura das suas importantes e delicadas funções. Foram incansáveis na execução das missões que lhes foram confiadas pelo Conselho, sempre com imparcialidade, prontidão e admirável espírito público. Graças à atuação daqueles nobres magistrados, foi possível ao Conselho manter sob controle os serviços de justiça de todo o Estado, tomando prontamente as medidas cabíveis para sua maior eficiência.

Aliás, é bom que se diga, a modalidade de fiscalização que vem sendo adotada na atualidade, a das visitas rápidas/

e frequentes às comarcas, como já referi, entremeadas de correições gerais, é a que melhores resultados traz ao fôro. Os Corregedores - se mantêm informados sôbre o andamento dos feitos em geral, instruem e punem; dinamizando, por tôda parte, as atividades forenses. É de se esperar que assim continuem.

CASAS PARA RESIDÊNCIA DOS JUIZES

Nada se fêz nesse setor, certamente por falta de meios financeiros do Estado.

O problema, aliás, não é dos que possam ser resolvidos assim como vem sendo enfrentado, com a aquisição anual de uma, duas ou três casas apenas. Urge que seja êle integrado na política habitacional que se desenvolve no País, promovida pelos meios/oficiais, possibilitando a construção logo de casas em tôdas as comarcas, mesmo que para isso se passe a exigir dos usuários o pagamento de aluguel, pelos prêços correntes. A isenção de aluguel pode ser justa, mas, sem dúvida, dificulta a solução do problema.

GALERIA DOS EX-PRESIDENTES

A tradição neste Tribunal vinha sendo a de se fazer a aposição dos retratos dos ex-presidentes, na respectiva Galeria, após o falecimento ou aposentadoria.

Visitando Tribunais do Sul, verifiquei que ali se procede por forma diferente. O retrato é apostado na Galeria logo depois que o desembargador deixa a Presidência e até antes, como aconteceu com o Ministro Luis Galotti, do Supremo Tribunal Federal.

Por isso, mandei confeccionar os retratos de todos os ex-presidentes ainda em exercício, para breve aposição, des-

de que não ficaram prontos na minha administração, embora estejam/ pagos.

MOVIMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Durante o ano de 1967 deram entrada na Portaria dêste Tribunal 2.358 feitos. Foram julgados 2.193 feitos.

As Câmaras Conjuntas realizaram 46 sessões ordinárias e 3 extraordinárias, julgando 362 feitos, inclusive 197 administrativos. A Primeira Câmara Cível julgou 287 feitos em 44 sessões ordinárias. A Segunda Câmara Cível, 200 feitos, em 40 sessões ordinárias e uma extraordinária. A Terceira Câmara Cível, 287 feitos, em 42 sessões ordinárias. As Câmaras Cíveis Reunidas, 32 feitos, em 13 sessões ordinárias. A Primeira Câmara Criminal, 272 feitos, em 44 sessões ordinárias. A Segunda Câmara Criminal, 240 / feitos em 39 sessões ordinárias. As Câmaras Criminais Reunidas, 513 feitos em 42 sessões ordinárias e 2 extraordinárias.

Durante os dez meses de exercício efetivo na Presidência (desde que me ausentei do país, em gozo de férias, viajando à Europa, especialmente a Portugal e atendendo a convite da Companhia de Transportes Aéreos Portugueses dirigido a êste Tribunal) proferi 151 despachos fundamentados em recursos extraordinários; 2, em recursos ordinários; 3, em recursos de revista; 4 despachos diversos, também fundamentados; 4.097, em petições, ofícios e telegramas. Relatei 8 agravos regimentais.

Nenhum feito passo ao meu sucessor dependente de despacho.

ATUAÇÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA

Substituiu-me, nas férias, o Desembargador Jo-

sé Ferraz Ribeiro do Valle, Vice-Presidente, que me prestou inestimável ajuda na administração. Coube-lhe, na minha ausência, supervisionar a reforma da sala das sessões e das outras duas salas, como já foi descrito e deu forte impulso aos trabalhos de adaptação do FORUM PAULA BATISTA. Incumbiu-se de tudo o que foi feito na Biblioteca, durante o ano todo.

Sou-lhe grato por isto.

Despachou 28 recursos extraordinários. Em petições, ofícios e telegramas proferiu 773 despachos.

ALTERAÇÕES NO QUADRO DA MAGISTRATURA

EXONERAÇÕES

No TRIBUNAL requereu exoneração do seu cargo, o Exmo. Sr. Des. Djaci Alves Falcão, em virtude de haver sido empossado no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na 1ª ENTRÂNCIA

O Bel. Benvindo Ruy Ávila Pereira, Juiz de Direito da Comarca de São Vicente Férrer, visto haver sido nomeado Advogado de Ofício.

APOSENTADORIAS

NA 3ª ENTRÂNCIA

Foram aposentados os Béis. Rubem Benvindo Ferreira Costa, Antônio Correia de Araújo, Antônio Viana de Siqueira e Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis, Juizes de Direito, respectivamente, das 2ª Vara de Jaboação, 12ª Vara da Capital, 3ª Vara de Caruaru e 4ª Vara da Capital.

NA 2ª ENTRÂNCIA

Foi aposentado o Bel. Eurico Cantalico de Melo,

Juiz de Direito da Comarca de Correntes.

NA 1ª ENTRÂNCIA

Foi aposentado o Bel. Manoel Mendes de Almeida, Juiz de Direito da Comarca do Brejo da Madre de Deus.

NOMEAÇÕES

Foi nomeado para o cargo de Juiz Corregedor das Comarcas de 1ª Entrância, o Bel. Manoel Rafael Neto, Juiz de Direito da Comarca de Itapetim.

PROMOÇÕES

Foi promovido para o cargo de Desembargador, o Bel. Nelson Pereira de Arruda, Juiz de Direito da 3ª Vara da Capital.

Foram promovidos da 2ª para a 3ª Entrância, os Béis. Francisco Rodrigues dos Santos, de Surubim para o cargo de Juiz Substituto de 3ª Entrância; Ivo Izidoro de Assiz, de Pesqueira para a 2ª Vara de Garanhuns (não aceitou); Nilson Carneiro Leão, de Moreno para a 2ª Vara de Caruaru; Anibal Baltar Souto Maior, do Ribeirão para a 2ª Vara de Garanhuns; Cláudio Américo de Miranda, de Vitória de Sto. Antônio para o cargo de Juiz Substituto de 3ª Entrância; Ivo Isidoro de Assiz, de Pesqueira para a 3ª Vara de Caruaru (não aceitou); Onofre de Barros, de Gameleira para a 3ª Vara de Caruaru; Francisco de Sá Sampaio, de Arcoverde para a 2ª Vara de Caruaru; Wernern de Carvalho Mendes Freire, de Taquaritinga do Norte para a 3ª Vara de Caruaru.

Na 1ª Entrância houve as seguintes promoções : Béis. Jonas de Aquino Lucena, de Orobó para a de Barreiros; José de Abreu Santos, de Maraial para a de Surubim; Célio de Castro Montenegro, de Joaquim Nabuco para a de Correntes; Antônio de Barros/

e Silva, de São João para a de Panelas; Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar, de Custódia para a de Gameleira; José Antônio Macêdo Malta, de Sta. Cruz do Capibaribe para a de Correntes; Possídio do Nascimento Coêlho, de Petrolina para a de Arcoverde; Aurélio Muniz Freire, de Lagoa dos Gatos para a de Correntes.

REMOÇÕES

Na 3ª Entrância houve as seguintes remoções: -
Béis. Geraldo Correia da Silva, da 3ª Vara de Caruaru para a 2ª Vara de Jaboatão; Antônio Viana de Siqueira, da 2ª Vara de Garanhuns para a 3ª Vara de Caruaru; Jeová da Rocha Vanderlei, da 9ª Vara para a 12ª Vara da Capital; Otílio Neiva Coêlho, Juiz Substituto de 3ª Entrância para a 9ª Vara da Capital; Otílio Neiva Coêlho da 9ª Vara para a 3ª Vara da Capital; Benildes de Souza Ribeiro, da 28ª Vara da Capital para a 9ª Vara da Capital; Nilson Carneiro Leão, da 2ª Vara de Caruaru para a 28ª Vara da Capital; Clodoaldo Peixoto de Oliveira, Juiz Substituto de 3ª Entrância para a 4ª Vara da Capital; Francisco de Sá Sampaio, Juiz de Direito da 2ª Vara de Caruaru para o cargo de Juiz Substituto de 3ª Entrância; Onofre de Barros, Juiz de Direito da 3ª Vara de Caruaru para a 2ª Vara de Caruaru.

Na 2ª Entrância houve as remoções seguintes: -
Béis. José Foerster, de Gravatá para Igarassu; Edmundo Pessoa de Araújo, de Panelas para Gravatá; José Antônio Amorim, dos Barreiros para Panelas; Mário Alves de Souza Melo, das Correntes para a do Altinho; Mário Alves de Souza Melo, do Altinho para a do Ribeirão; Lamartine de Holanda Cavalcanti, de São Caetano para a de Vitória de Santo Antão; José Antônio Amorim, de Panelas para a de São Caetano; Hélio Nelson Holmes Lins, de Bom Conselho para a de Altinho.

Na 1ª Entrância houve as seguintes remoções: -

Béis. Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar, de Betânia para Custódia; Nelson Meirelles Ribeiro de Castro, de Floresta para a de Cupira; Gilberto da Silva, de Petrolândia para a de Camocim de São Félix; Leonízio Lopes de Almeida, de Poção para a do Brejo da Madre de Deus; Júlio Pereira de Almeida, de Verdejante para a de Poção; Dináe Pinheiro Silveira Borba, de Agrestina para a de Joaquim Nabuco; José Agripino e Silva, de Araripina para a de Lajêdo; Armando de Barros Figueiredo, de Lajêdo para a de Orobó; Francisco Muniz Arraes, de Terra Nova, para a de Agrestina; Jurandir Soriano de Sá, de Inajá para a de Petrolândia; Pedro Fernandes de Oliveira, de Sta. Maria da Boa Vista para a de Araripina; Ítalo José de Miranda Fonsêca, de Cabrobó para a de Petrolina; Ivonaldo Pereira de Miranda, de Buique para a de Sta. Cruz do Capibaribe; Eneas Bezerra Barros, de Salgueiro para a de Maraiá; Adalberto Pereira Lopes, de Mirandiba para a de Salgueiro; Manoel Alves da Rocha, de Águas Belas para a de Alagoinha e Duque Rodrigues de Sampaio, de Tabira para a de São João.

PERMUTAS

Na 2ª Entrância houve as permutas seguintes: Béis. Eurico Cantalico de Melo e José Antônio Macêdo Malta, Juizes de Direito, respectivamente das Comarcas de Bom Conselho e Correntes.

Na 1ª Entrância foram os seguintes Juizes de Direito que permutaram as suas Comarcas: Béis. Benvindo Ruy Ávila Pereira e José Xavier de Moraes, Juizes de Direito, respectivamente, das Comarcas de São Vicente Férrer e Alagoinha; Anthenor Barreto da Rocha Pimentel Belleza e Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, Juizes de Direito, respectivamente, do Condado e São Bento do Una e Luiz Gonzaga Cavalcanti Padilha e Hermínio Áureo de Queiroz,

respectivamente das Comarcas de Venturosa e Cachoeirinha.

CONCURSO DE JUIZ DE DIREITO

Nos últimos meses do ano, realizou-se o concurso para preenchimento do cargo de Juiz de Direito das Comarcas de Águas Belas, Betânia, Buique, Cabrobó, Exu, Flôres, Floresta, Inajá, Ipubi, Itaíba, Lagoa dos Gatos, Mirandiba, Palmeirina, Sta. Maria da Boa Vista, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova, Tabira, Verdejante e Taquaritinga do Norte.

Foram aprovados 20 candidatos, cujos nomes já foram enviados ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado para as devidas nomeações.

RELAÇÕES SOCIAIS

Atendi, na medida do possível, aos convites endereçados a esta Presidência, assistindo, pessoalmente ou mediante representação, aos atos de maior expressão, ocorridos nesta Capital e até no interior, de ordem social e política, assim como da administração pública.

Segui, também nesse particular, a orientação das Presidências passadas, desde algum tempo. E tive a satisfação de constatar o apreço em que é tido o Poder Judiciário, em tôdas as camadas sociais, onde, sem exceção, é recebido com o máximo de atenção e respeito.

RELAÇÕES COM OS OUTROS PODERES

Foram boas as relações dêste Tribunal com os outros Poderes do Estado, em 1967.

Um ano difícil, como todos sabemos. Houve desentendimentos do Judiciário com o Executivo, que terminaram em pleito judicial. Questão de interpretação de leis, que não poderia afetar relações de outra ordem, inclusive pessoais.

A costumeira serenidade com que se portou este Tribunal, em face da crise e a atitude de prudência e acatamento do Governador Nilo Coêlho, para com Desembargadores e Juizes, reduziram a disputa às suas justas proporções. E em tempo algum deixou de reinar entre este Tribunal e o Governador esse clima de harmonia que as Constituições prescrevem entre os três Poderes da República.

No mais, tudo correu da melhor forma.

Nenhuma pretensão do Tribunal, na área administrativa, ficou sem atendimento por parte do Sr. Governador ou dos seus Secretários. Todas as verbas destinadas ao Judiciário foram pagas.

Quanto ao Legislativo, podemos dizer o mesmo. As relações com esse outro Poder fluíram até mais suavemente, uma vez que nenhuma nuvem, por um momento sequer, toldou os horizontes comuns.

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Lei de Organização Judiciária do Estado, transposto que foi o quinquênio constitucional, vai ser reformada.

Para apresentar sugestões à reforma foi designada uma Comissão, composta dos Desembargadores Pedro Martiniano, Guerra Barreto, José Antônio de Souza Ferraz e Aderson Antão de Carvalho.

CONCLUSÃO

Agradeço aos meus eminentes Colegas o apoio que me deram e que constituiu valiosa ajuda, direta ou indireta, ao cumprimento da minha delicada missão. Até as raras restrições, de caráter administrativo, sempre construtivas, recebia-as com agrado/por ver nelas unicamente o sentido de colaboração amiga.

Também apresento os meus agradecimentos ao funcionalismo da Casa, dos mais graduados aos mais humildes. Do trabalho harmônico de todos, executado dentro do melhor espírito de disciplina e boa vontade, dependeu o resultado a que anteriormente me referi, de boa ordem e rapidez dos serviços do Tribunal.

Merecem especial destaque, nestes elogios, o Dr. Lucilo Cavalcanti Neves, Secretário do Tribunal; José Alves de Queiroz, Secretário do Conselho de Justiça; os Assessôres Antônio de Pádua Oliveira, Tertuliano Feitosa Neto, Dione Vasconcelos Esteves e Gaiber Cordeiro Pires; Leide Diógenes Melo, Oficial de Gabinete da Presidência e Adilson da Costa Maia, Encarregado Geral do Serviço de Limpeza.

Também à imprensa pernambucana, representada pelo "Jornal do Comércio" e "Diário de Pernambuco", levo a certeza do meu aprêço e reconhecimento, pela cobertura que deram aos acontecimentos de maiores realces dêste Tribunal, no ano que passou, servidos pelos seus repórteres Consuelo Mota e Ivancil Constantino.

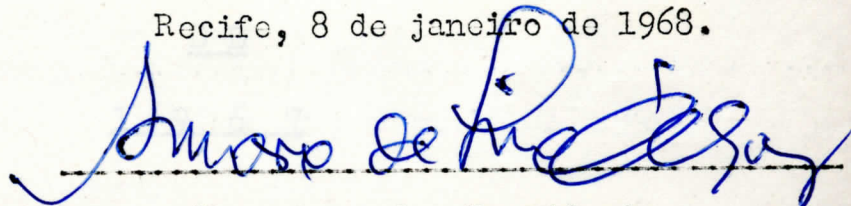
Êstes ilustres jornalistas, pela sua conhecida lha neza de trato e correção profissional, já se tornaram pessoas de casa. A sua ausência não passa despercebida aos que aqui mourejam; a sua presença é sempre desejada.

No que fica dito, complementado pelos mapas estatísticos em anexo, está a soma das realizações d'êste Tribunal, em 1967.

Deixo a Presidência tranquilo, com a consciência do dever cumprido.

Ao meu sucessor, a ser em seguida eleito e empossado, passarei, logo mais, o facho que me foi confiado, para a nova jornada de integração d'êste Egrégio Tribunal de Justiça - nos seus verdadeiros e históricos destinos.

Recife, 8 de janeiro de 1968.

A handwritten signature in blue ink, reading "Amaro de Lira e César", written over a horizontal dashed line.

Desembargador Presidente

(a) - Amaro de Lira e César.

SECRETARIA DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE REGISTRO

MOVIMENTO DE REGISTROS DE 1967

REGISTROS DE MATRIMÔNIO

REGISTROS DE MATRIMÔNIO DE 1967

REGISTROS DE MATRIMÔNIO DE 1967

REGISTROS DE DIVÓRCIO

REGISTROS DE DIVÓRCIO DE 1967

REGISTROS DE DIVÓRCIO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

QUADRO ESTADÍSTICO

DE

1 9 6 7

REGISTROS DE MATRIMÔNIO DE 1967

REGISTROS DE MATRIMÔNIO DE 1967

REGISTROS DE DIVÓRCIO

REGISTROS DE DIVÓRCIO DE 1967

REGISTROS DE DIVÓRCIO DE 1967

REGISTROS DE DIVÓRCIO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

REGISTROS DE INTERDIÇÃO DE 1967

TRIBUNAL DE JUSTICA DE PERNAMBUCO

CONSELHO DE JUSTICA
MOVIMENTO DURANTE O ANO DE 1967

SESSOES REALIZADAS

ORDINARIAS:39
EXTRAORDINARIAS.....14

TOTAL 53

PROCESSOS AUTUADOS:

DO CORRENTE ANO.....129
DE ANOS ANTERIORES.....24

TOTAL 153

PROCESSOS JULGADOS:

Pelo Exmo. Sr. Des. RIBEIRO DO VALLE.....56
Pelo Exmo. Sr. Des. NATHANAEL MARINHO.....74
Pelo Exmo. Sr. Des. FELICIANO PORTO..... 8

TOTAL: 138

PARECERES EMITIDOS PELO EXMO. SR. PROCURADOR GERAL DO ESTADO...155

PENALIDADES APLICADAS.....2 PENAS DE CENSURA

RELATÓRIOS DE FISCALIZACÃO

CORREGEDORIA DE 3ª ENTRÂNCIA.....13
CORREGEDORIA DE 2ª ENTRÂNCIA.....50
CORREGEDORIA DE 1ª ENTRÂNCIA.....33

QUADRO COMPARATIVO

	1966	1967	OBS.
Sessões realizadas.....	63.....	53.....	-10
Processos autuados.....	144.....	153.....	+9
Processos julgados.....	120.....	138.....	+18
Penalidades aplicadas	7.....	2.....	-5
Pareceres emitidos.....	145.....	155.....	+10

* * * * *

MOVIMENTO GERAL
DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

RELAÇÃO DE FEITOS QUE DERAM ENTRADA NO PERÍODO DE JANEIRO A
DEZEMBRO DE 1 9 6 7

P O R T A R I A

10	AÇÕES RESCISÓRIAS
93	AGRAVOS DE DESPACHO DE DENEGAÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO
48	AGRAVOS DE INSTRUMENTO
107	AGRAVOS DE PETIÇÃO
425	APELAÇÕES CÍVEIS
452	APELAÇÕES CRIMINAIS
2	CARTAS DE ORDEM
18	CONFLITOS DE JURISDIÇÃO
1	DENÚNCIA
12	DESAFORAMENTOS
154	DESKUTES AMIGÁVEIS
5	EXCEÇÕES DE SUSPEIÇÃO
327	HABEAS CORPUS
1	INCIDENTE DE FALSIDADE
1	INQUÉRITO CRIMINAL
82	MANDADOS DE SEGURANÇA
1	PEDIDO DE EXAME DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE
1	PROCESSO DE DISPONIBILIDADE
1	PROCESSO DE REMOÇÃO COMPULSÓRIA DE JUIZ DE DIREITO
2	PEDIDOS DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS
1	PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL
3	RECLAMAÇÕES
217	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS
18	RECURSOS ORDINÁRIOS
9	RECURSOS DE CONCESSÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA
18	REC. DE CONCESSÃO DE MAND. SEG. E AGRAVO DE PETIÇÃO
48	RECURSOS CRIMES DE ABSOLVIÇÃO
87	RECURSOS CRIMES DIVERSOS
76	RECURSOS CRIMES DE HABEAS CORPUS
2	RECURSOS DE PENA IMPOSTA PELO CONS. DE JUSTIÇA

21 RECURSOS DE REVISTA
115 REVISÕES CRIMINAIS

T O T A L: 2.358

JANEIRO A DEZEMBRO DE 19662.257

JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967.....2.358

DIF. PARA MAIS ESTE ANO..... 101

* * * * *

TRIBUNAL DE JUSTICA DE PERNAMBUCO

JULGAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 196

CÂMARAS CONJUNTAS:

<u>DES. LIRA E CÉSAR</u>	188	ADMINISTRATIVOS	
		1 AGRAVO DE PETIÇÃO	
		5 AGRAVOS REGIMENTAIS	(06)
<u>DES. LUIZ NÓBREGA</u>		1 AGRAVO DE PETIÇÃO	
		1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
		1 DENÚNCIA	
		4 MANDADOS DE SEGURANÇA	(07)
<u>DES. ADAUTO MAIA</u>		1 APELAÇÃO CÍVEL	
		1 EMBARGO AO ACÓRDÃO	
		4 MANDADOS DE SEGURANÇA	
		2 REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(08)
<u>DES. AUGUSTO DUQUE</u>		1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
		5 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
		7 MANDADOS DE SEGURANÇA	(13)
<u>DES. CLÁUDIO VASCONCELOS</u>		1 MANDADO DE SEGURANÇA	
		1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
		1 EMBARGO AO ACÓRDÃO	(03)
<u>DES. RIBEIRO DO VALLE</u>	9	ADMINISTRATIVOS	
		2 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
		5 MANDADOS DE SEGURANÇA	(07)
<u>DES. NATANAEL MARINHO</u>		1 APELAÇÃO CÍVEL	
		1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
		2 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
		7 MANDADOS DE SEGURANÇA	(11)
<u>DES. FELICIANO PORTO</u>		2 CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	
		4 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
		6 MANDADOS DE SEGURANÇA	
		2 REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(11)
<u>DES. JOSÉ FERRAZ</u>		1 AGRAVO REGIMENTAL	
		1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
		2 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
		4 MANDADOS DE SEGURANÇA	
		1 REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(09)

<u>DES. PEDRO MARTINIANO</u>	2 CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	
	2 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
	7 MANDADOS DE SEGURANÇA	
	1 REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(12)
<u>DES. MÁRIO GADELHA</u>	1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
	4 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
	4 MANDADOS DE SEGURANÇA	
	1 QUEIXA CRIME	(10)
<u>DES. GUERRA BARRETO</u>	2 CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	
	3 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
	7 MANDADOS DE SEGURANÇA	(12)
<u>DES. ADERSON CARVALHO</u>	1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
	2 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
	6 MANDADOS DE SEGURANÇA	(09)
<u>DES. PAULA MENDES</u>	1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
	2 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
	8 MANDADOS DE SEGURANÇA	
	2 REC. PENA IMPOSTA PELO CONSELHO DE JUSTIÇA	(13)
<u>DES. NELSON ARRUDA</u>	1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
	5 MANDADOS DE SEGURANÇA	(06)
<u>JUIZ GABRIEL CAVALCANTI</u>	1 REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(01)
<u>JUIZ JEOVÁ VANDERLEI</u>	1 AGRAVO DE PETIÇÃO	
	2 CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	
	1 EMBARGO AO ACÓRDÃO	
	1 MANDADO DE SEGURANÇA	(05)
<u>JUIZ JOSÉ PESSOA</u>	3 CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	
	2 EMBARGOS AO ACÓRDÃO	
	6 MANDADOS DE SEGURANÇA	(11)
<u>JUIZ MAURO JORDÃO</u>	1 EMBARGO AO ACÓRDÃO	
	2 MANDADOS DE SEGURANÇA	(03)
<u>JUIZ OTÍLIO NEIVA</u>	3 MANDADOS DE SEGURANÇA	(03)
<u>JUIZ SOUZA LEÃO</u>	1 CONFLITO DE JURISDIÇÃO	
	1 MANDADO DE SEGURANÇA	(02)

SUBTOTAL 165

ADMINISTRATIVOS 08197

Nº DE SESSÕES REALIZADAS:

ORDINÁRIAS 16
EXTRAORDINÁRIAS 3

TOTAL: 49

RESUMO DAS CÂMARAS CONJUNTAS

AGRAVOS DE PETIÇÃO 3
AGRAVOS REGIMENTAIS 6
APELAÇÕES CÍVEIS 2
CONFLITOS DE JURISDIÇÃO 21
DENÚNCIA 1
EMBARGOS AO ACÓRDÃO 34
MANDADOS DE SEGURANÇA 88
QUEIXA CRIME 1
REC. CONC. MAND. SEGURANÇA 7
RECURSOS DE PENA IMPOSTA PELO
CONSELHO DE JUSTIÇA 2

SUBTOTAL: 165

ADMINISTRATIVOS: 197

TOTAL: 362

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

JULGAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL:

<u>DES. RIBEIRO DO VALLE</u>	3	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	10	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	49	APELAÇÕES CÍVEIS	
	18	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	1	EMBARGO DECLARATÓRIO	
	1	RECURSO DE CONCESSÃO MAND. SEG.	
	1	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	(8)
<u>DES. CLÁUDIO VASCONCELOS</u>	1	AGRAVO DE INSTRUMENTO	
	7	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	23	APELAÇÕES CÍVEIS	
	7	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	1	RECLAMAÇÃO	
	1	REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(4)
<u>DES. NATHANAEL MARINHO</u>	10	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	11	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	63	APELAÇÕES CÍVEIS	
	21	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	1	INCIDENTE DE FALSIDADE	
	3	REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(10)
<u>JUIZ GABRIEL CAVALCANTI</u>	7	APELAÇÕES CÍVEIS	(0)
<u>JUIZ JEOVÁ VANDERLEI</u>	3	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	4	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	21	APELAÇÕES CÍVEIS	
	8	DESQUITES AMIGÁVEIS	(3)
<u>JUIZ OTÍLIO NEIVA</u>	2	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	4	APELAÇÕES CÍVEIS	
	4	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	2	REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(1)

TOTAL: 287

Nº DE SESSÕES REALIZADAS

ORDINÁRIAS: 111

* * * * *

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
JULGAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 19

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL:

<u>DES. LIRA E CÉSAR</u>	1	APELAÇÃO CÍVEL	
	1	DESQUITE AMIGÁVEL	(
<u>DES. ADAUTO MAIA</u>	5	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	8	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	32	APELAÇÕES CÍVEIS	
	13	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	2	RECURSOS DE CONC.MAND.SEG.	(
<u>DES. FELICIANO PÔRTO</u>	4	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	13	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	43	APELAÇÕES CÍVEIS	
	19	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	2	PEDIDOS DE RESTAURAÇÃO DE AUT	
	2	REC.CONC.MAND.SEGURANÇA	
	1	RECLAMAÇÃO	(8
<u>DES. NELSON ARRUDA</u>	7	APELAÇÕES CÍVEIS	(0
<u>JUIZ DUARTE LIMA</u>	1	DESQUITE AMIGÁVEL	(0
<u>JUIZ JOSÉ PESSOA</u>	6	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	3	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	16	APELAÇÕES CÍVEIS	
	6	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	2	REC.CONC.MAND.SEGURANÇA	(3
<u>JUIZ SOUZA LEÃO</u>	9	APELAÇÕES CÍVEIS	
	4	DESQUITES AMIGÁVEIS	(1

TOTAL 200

Nº DE SESSÕES REALIZADAS:

ORDINÁRIAS.....40
EXTRAORDINÁRIAS..... 1

TOTAL: 41

* * * * *

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

JULGAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1966

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL:

<u>DES. LUIZ NÓBREGA</u>	3	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	12	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	33	APELAÇÕES CÍVEIS	
	17	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	3	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
	1	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	
	4	REC. CONC. MAND. SEGURANÇA	(7)
<u>DES. JOSÉ FERRAZ</u>	5	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	3	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	34	APELAÇÕES CÍVEIS	
	14	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	2	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
	1	RECLAMAÇÃO	(5)
<u>DES. PEDRO MARTINIANO</u>	3	AGRAVOS DE INSTRUMENTO	
	11	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	43	APELAÇÕES CÍVEIS	
	18	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	1	RECURSO DE CONCESSÃO	(76)
<u>JUIZ ALOÍSIO XAVIER</u>	4	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	11	APELAÇÕES CÍVEIS	
	5	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	2	RECURSOS DE CONCESSÃO	(22)
<u>JUIZ GABRIEL CAVALCANTI</u>	1	AGRAVO DE PETIÇÃO	
	8	APELAÇÕES CÍVEIS	
	1	RECLAMAÇÃO	(1)
<u>JUIZ JOSÉ LOPES</u>	2	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	3	APELAÇÕES CÍVEIS	
	1	DESQUITE AMIGÁVEL	(0)
<u>JUIZ JOSÉ PESSOA</u>	1	AGRAVO DE INSTRUMENTO	
	3	AGRAVOS DE PETIÇÃO	
	20	APELAÇÕES CÍVEIS	
	6	DESQUITES AMIGÁVEIS	
	1	EMBARGO DE DECLARAÇÃO	
	1	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	

JUIZ MAURO JORDÃO.....2 AGRAVOS DE PETIÇÃO
6 APELAÇÕES CÍVEIS

(08

T O T A L: 287

Nº DE SESSÕES REALIZADAS:

ORDINÁRIAS.....42

* * * * *

TJPE - BIBLIOTECA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

JULGAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS:

<u>DES. LIRA E CÉSAR</u>	3	AGRAVOS REGIMENTAIS	(03)
<u>DES. ADAUTO MALA</u>	4	AÇÕES RESCISÓRIAS	(04)
<u>DES. FELICIANO PÔRTO</u>	3	AÇÕES RESCISÓRIAS	(03)
	1	RECURSO DE REVISTA	(01)
<u>DES. LUIZ NÓBREGA</u>	3	AÇÕES RESCISÓRIAS	(03)
	1	EMBARGO DE DECLARAÇÃO	(01)
<u>DES. RIBEIRO DO VALLE</u>	2	AÇÕES RESCISÓRIAS	(02)
<u>DES. JOSÉ FERRAZ</u>	1	AÇÃO RESCISÓRIA	(01)
<u>DES. CLÁUDIO VASCONCELOS</u>	1	RECURSO DE REVISTA	(01)
<u>DES. PEDRO MARTINIANO</u>	1	EMBARGO DECLARATÓRIO	(01)
	1	RECURSO DE REVISTA	(02)
<u>DES. NATHANAEL MARINHO</u>	2	AÇÕES RESCISÓRIAS	(02)
	1	RECURSO DE REVISTA	(03)
<u>JUIZ JOSÉ PESSOA</u>	3	AÇÕES RESCISÓRIAS	(03)
	2	RECURSOS DE REVISTA	(05)
<u>JUIZ SOUZA LEÃO</u>	1	AÇÃO RESCISÓRIA	(01)
<u>JUIZ JOVÁ VANDERLEI</u>	2	AÇÕES RESCISÓRIAS	(02)

TOTAL: 32

Nº DE SESSÕES REALIZADAS:

ORDINÁRIAS.....13

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
RESUMO DOS PROCESSOS JULGADOS PELAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS, CÂM
CÍVEIS REUNIDAS E CÂMARAS CONJUNTAS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO
DO ANO DE 1967:

AÇÕES RESCISÓRIAS.....	21
AGRAVOS DE INSTRUMENTO.....	46
AGRAVOS DE PETIÇÃO.....	97
AGRAVOS REGIMENTAIS.....	9
APELAÇÕES CÍVEIS.....	435
CONFLITOS DE JURISDIÇÃO.....	21
DENÚNCIA.....	1
DESQUITES AMIGÁVEIS.....	163
EMBARGOS AO ACÓRDÃO.....	34
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	9
EXCEÇÕES DE SUSPEIÇÃO.....	3
INCIDENTE DE FALSIDADE.....	1
MANDADOS DE SEGURANÇA.....	88
PEDIDOS DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	2
QUEIXA CRIME.....	1
RECLAMAÇÕES.....	4
REC.CONC.MANDADOS DE SEGURANÇA.....	23
REC.PENA IMPOSTA PELO CONSELHO DE JUSTIÇA.....	2
RECURSOS DE REVISTA.....	6

TOTAL: 971

JUIZ SOUZA DANTAS

2 APELAÇÕES CRIMES

1 DESAFORAMENTO

2 REC. C. DIVERSOS (05)

TOTAL: 272

Número de Sessões Realizadas - Ordinárias: 44

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

JULGAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

DES. AUGUSTO DUQUE

43 APELAÇÕES CRIMES
3 DESAFORAMENTOS
15 REC. CRIME DIVERSOS (61)

DES. GUERRA BARRETO

57 APELAÇÕES CRIMES
4 DESAFORAMENTOS
1 EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO
1 PEDIDO DE EXAME P/ VERIFICAÇÃO
DE CES. DE PERICULOSIDADE
1 RECLAMAÇÃO
19 RECURSOS C. DIVERSOS (83)

DES. JOSÉ FERRAZ

2 APELAÇÕES CRIMES
2 DESAFORAMENTOS
23 REC. C. DIVERSOS (77)

JUIZ GERALDO CAMPOS

12 APELAÇÕES CRIMES
4 RECURSOS DIVERSOS (16)

JUIZ JOSÉ PESSOA

1 APELAÇÃO CRIME (01)

TOTAL: 240

NÚMERO DE SESSÕES REALIZADAS - ORDINÁRIAS: 39

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PIRACIBUCO
JULGAMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS:

<u>DES. AUGUSTO DUQUE</u>	43	HABEAS CORPUS	
	13	REC. CRIME DE HABEAS CORPUS	
	9	REVISÕES CRIMINAIS	(6)
<u>DES. ADERSON CARVALHO</u>	44	HABEAS CORPUS	
	11	REC. CRIMES DE H. CORPUS	
	14	REVISÕES CRIMINAIS	(69)
<u>DES. GUERRA BARNETC</u>	57	HABEAS CORPUS	
	12	REC. CRIMES DE H. CORPUS	
	2	REC. C. DE REABILITAÇÃO	
	18	REVISÕES CRIMINAIS	(89)
<u>DES. MÁRIO GADELHA</u>	32	HABEAS CORPUS	
	9	REC. CRIMES DE H. CORPUS	
	1	REC. C. DE REABILITAÇÃO	
	21	REVISÕES CRIMINAIS	(63)
<u>DES. NELSON ARRUDA</u>	32	HABEAS CORPUS	
	6	REC. CRIMES DE H. CORPUS	
	1	REC. C. DE REABILITAÇÃO	
	10	REVISÕES CRIMINAIS	(49)
<u>DES. PAULA MENDES</u>	56	HABEAS CORPUS	
	12	REC. CRIMES DE H. CORPUS	
	1	REC. CRIME DE REABILITAÇÃO	
	15	REVISÕES CRIMINAIS	(81)
<u>DES. PEDRO MARTINIANO</u>	11	HABEAS CORPUS	
	2	REC. CRIMES DE H. CORPUS	
	12	REVISÕES CRIMINAIS	(25)
<u>JUIZ GERALDO CAMPOS</u>	10	HABEAS CORPUS	
	1	REC. CRIME DE H. CORPUS	
	1	REVISÃO CRIMINAL	(12)
<u>JUIZ JOVÁ VANDERLEI</u>	1	REVISÃO CRIMINAL	(01)

<u>JUIZ MAURO JORDÃO</u>	24	HABEAS CORPUS	
	6	REC. CRIMES DE H. CORPUS	
	1	REC. C. REABILITAÇÃO	
	5	REVISÕES CRIMINAIS	(36)
 <u>JUIZ SOUZA LEMO</u>	 6	 HABEAS CORPUS	
	4	REC. C. DE HABEAS CORPUS	
	3	REVISÕES CRIMINAIS	(13)
 <u>JUIZ SOUZA DANTAS</u>	 5	 HABEAS CORPUS	
	2	REC. CRIMES DE H. CORPUS	(07)

T O T A L: 5 1 3

Nº DE SESSÕES REALIZADAS:

ORDINÁRIAS: 1 2
EXTRAORDINÁRIAS: 2

* * * *

RESUMO CRIMINAL

APELAÇÕES CRIMINAIS	378
CARTA TESTEMUNHÁVEL	1
DESAFORAMENTOS	15
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	1
HABEAS CORPUS	320
PEDIDO DE EXAME P/ VERIFICAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE	1
RECURSOS CRIMES DIVERSOS	118
RECURSOS CRIME DE HABEAS -CORPUS	78
RECURSO C.DE REABILITAÇÃO	3
RECLAMAÇÃO	1
REVISÕES CRIMINAIS	109
TOTAL:	<hr/> 1.025

DES. JOÃO DE CARVALHO
DES. PAULO
DES. NILSON
DES. ALVARO
DES. DANTAS
DES. GABRIEL
DES. CARLOS
DES. JOVÍ
DES. JOSE
DES. JOSE
DES. JOSÉ
DES. JOSÉ
DES. JOSÉ
DES. JOSÉ

SUB TOTAL
ADMINISTRATIVOS

RESUMO GERAL DOS FEITOS JULGADOS DE JANEIRO A
DEZEMBRO DO ANO DE 1967

RELATORES:

DES. LIRA E CÉSAR	188 ADMINISTRATIVOS	11
DES. LUIZ NÓBREGA		84
DES. ADAUTO MAIA		72
DES. AUGUSTO DUQUE		139
DES. CLÁUDIO VASCONCELOS		44
DES. RIBEIRO DO VALLE	9 ADMINISTRATIVOS	92
DES. NATANAEL MARINHO		123
DES. FELICIANO PÔRTO		102
DES. JOSÉ FERRAZ		71
DES. PEDRO MARTINIANO		137
DES. MÁRIO GADELHA		140
DES. GUERRA BARRETO		184
DES. ADERSON CARVALHO		162
DES. PAULA MENDES		174
DES. NELSON ARRUDA		107
JUIZ ALOÍSIO XAVIER		22
JUIZ DUARTE LIMA		1
JUIZ GABRIEL CAVALCANTI		18
JUIZ GERALDO CAMPOS		28
JUIZ JEOVÁ VANDERLEI		45
JUIZ JOSÉ PESSOA		83
JUIZ JOSÉ LOPES		6
JUIZ MAURO JORDÃO		74
JUIZ OTÍLIO NEIVA		15
JUIZ SOUZA DANTAS		12
JUIZ SOUZA LEÃO		50
	SUB TOTAL	1.996
	ADMINISTRATIVOS	197
		2.193

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

R E S U M O

FEITOS CÍVEIS:

<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967</u>	971
<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1966</u>	831
<u>DIF. PARA MAIS ESTE ANO.....</u>	<u>140</u>

FEITOS CRIMINAIS:

<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967</u>	1.025
<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1966</u>	1.181
<u>DIF. PARA MENOS ESTE ANO.....</u>	<u>156</u>

ADMINISTRATIVOS:

<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967</u>	197
<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1966</u>	233
<u>DIF. PARA MENOS ESTE ANO.....</u>	<u>36</u>

TOTAL GERAL:

<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967</u>	2.193
<u>JANEIRO A DEZEMBRO DE 1966</u>	2.245
<u>DIF. PARA MENOS ESTE ANO.....</u>	<u>52</u>

* * * * *

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
SESSÕES REALIZADAS DURANTE O ANO DE 1967

CÂMARAS CONJUNTAS	46 ORDINÁRIAS 3 EXTRAORDINÁRIAS
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS	13 ORDINÁRIAS
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL	44 ORDINÁRIAS
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL	42 ORDINÁRIAS 1 EXTRAORDINÁRIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL	42 ORDINÁRIAS
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	42 ORDINÁRIAS 2 EXTRAORDINÁRIAS
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	44 ORDINÁRIAS
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	39 ORDINÁRIAS

TRIBUNAL DE JUSTICA DE PERNAMBUCO

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA:

DESPACHOS EXARADOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1967:

DES. PRESIDENTE.....4.097
DES. VICE-PRESIDENTE..... 773
DES. ADAUTO MAIA..... 93

TOTAL: 4.963

DESPACHOS EXARADOS EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS:

DES. PRESIDENTE.....151
DES. VICE-PRESIDENTE 28
DES. LUIZ NÓBREGA 1
DES. AUGUSTO DUQUE..... 1

TOTAL: 164

OUTROS DESPACHOS EXARADOS PELO EXMO. SR. DES. PRESIDENTE:

EM RECURSOS ORDINÁRIOS.....2
EM RECURSOS DE REVISTA.....3
EM RECURSOS DIVERSOS.....4

9

* * * * *

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

SERVICO DE JURISPRUDENCIA E PUBLICACOES

MOVIMENTO DURANTE O ANO DE 1967

FICHAS DE JURISPRUDENCIA FEITAS:

De PROCESSO CIVIL.....142
De DIREITO CIVIL.....170
De PROCESSO PENAL.....110
De DIREITO ADMINISTRATIVO
e CONSTITUCIONAL..... 87
De DIREITO COMERCIAL..... 2

TOTAL: 557
=====

REGISTRO DE ACORDAOS

CÍVEIS.....6.500 fôlhas
CRIMINAIS.....8.500 fôlhas

TOTAL 15.000 fôlhas

Nº DE LIVROS DE REGISTROS DE ACORDAOS: 60

* * * * *

TRIBUNAL DE JUSTICA DE PERNAMBUCO

B I B L I O T E C A

MOVIMENTO DURANTE O ANO DE 1967:

VOLUMES ADQUIRIDOS EM 1967.....108

VOLUMES ENCADERNADOS EM 1967.....111

=====

=====

Pernambuco. Tribunal de Justiça

AUTOR

ça

Relatório 1967

TÍTULO

341.4197(PE) P452r 1968 ex.2

Devolver em

NOME DO LEITOR 55-04

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

Pernambuco. Tribunal de Justiça

Relatório 1967

341.4197(PE) P452r 1968 ex.2

55-04

